

A gênese do jornalismo científico nos jornais da segunda metade do século XIX

Ricardo ALEXINO FERREIRA

Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP

Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) /SP

Pesquisador CNPq (Bolsista Produtividade/Divulgação Científica)

RESUMO

A segunda metade do século XIX constituiu-se em um período de efervescência social, cultural, política e econômica no Brasil. Nesse período, o Brasil aspira se tornar uma nação com ideais “civilizatórios” e eurocêntricos e vai, através dos jornais, expressar tais sentimentos. Para isso, busca no Positivismo e no Darwinismo Social – os dois grandes paradigmas vigentes na época – as suas grandes pautas e temáticas jornalísticas, expressas nas *Seções Científicas* dos jornais.

A presente pesquisa se baseou nos pressupostos teóricos dos Cultural Studies e das Teorias da Etnicidade para entender a construção da ciência enquanto informação jornalística nos jornais da segunda metade do século XIX (nas *Seções Científicas*).

Foram verificados os seguintes aspectos: a) Gêneros e formatos dos textos jornalísticos em matérias de divulgação científica que abordaram questões étnicas, raciais e de cunho geneticista; b) Analisada a influência dos aspectos culturais, políticos e econômicos sobre a construção da informação científica nas páginas desses jornais; c) Verificado como as temáticas geneticistas, étnicas e raciais do século XIX, no ápice do conceito evolucionista de Darwin agendaram os rumos políticos, culturais e sociais do Brasil enquanto projeto de nação.

Verificou-se, ainda, que a construção do jornalismo científico brasileiro, em sua gênese na segunda metade do século XIX, está vinculada com a questão étnico-racial e com a construção da identidade étnica brasileira.

Palavras-chave: Divulgação científica; século XIX; jornais; jornalismo; paradigmas

A gênese do jornalismo científico nos jornais da segunda metade do século XIX

Ricardo ALEXINO FERREIRA

Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP

Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) /SP

Pesquisador CNPq (Bolsista Produtividade/Divulgação Científica)

Introdução. A segunda metade do século XIX constituiu-se em um período de efervescência social, cultural, política e econômica no Brasil. Nesse período, o Brasil aspira se tornar uma nação com ideais “civilizatórios” e eurocêntricos e vai, através dos jornais, expressar tais sentimentos. Para isso, busca no Positivismo e no Darwinismo Social – os dois grandes paradigmas vigentes na época – que se tornariam as grandes pautas e temáticas jornalísticas desses veículos, expressas nas *Seções Científicas* dos jornais.

A presente pesquisa se baseou nos pressupostos teóricos dos Cultural Studies e das Teorias da Etnicidade para entender a construção da ciência enquanto informação jornalística nos jornais da segunda metade do século XIX (nas *Seções Científicas*).

Foram verificados os seguintes aspectos: a) Gêneros e formatos dos textos jornalísticos em matérias de divulgação científica que abordaram questões étnicas, raciais e de cunho geneticista; b) Analisada a influência dos aspectos culturais, políticos e econômicos sobre a construção da informação científica nas páginas desses jornais; c) Verificado como as temáticas geneticistas, étnicas e raciais do século XIX, no ápice do conceito evolucionista de Darwin agendaram os rumos políticos, culturais e sociais do Brasil enquanto projeto de nação.

Metodologia. Para a realização da pesquisa foi analisado o conteúdo de 20 textos jornalísticos publicados nos jornais *Correio Paulistano* e *Província de São Paulo (O Estado de S. Paulo)*, da segunda metade do século XIX, com enfoque em divulgação científica (publicados nas *Seções Científicas*) e outros veículos periféricos para contextualização histórica. O material foi levantado junto ao Arquivo Público do Estado de São Paulo e da Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), no campus da USP, em São Paulo (SP).

Foi feita revisão bibliográfica cuidadosa dos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da segunda metade do século XIX e abordagem da história da ciência para entender o papel dos jornais do período, enquanto representação da ciência e a sua divulgação. Para isso, foi observada a estrutura do texto jornalístico envolvendo título e a narrativa.

Definição do objeto no contexto. Nos jornais da segunda metade do século XIX as presenças de temas ligados à Ciência são publicados com frequência nas páginas dos jornais e criam uma simbiose entre imprensa e ciência. Nesse contexto, é possível observar também que o poder anseia construir a identidade nacional (embranquecida e europeizada). E é justamente no campo midiático (jornal) em que se dão os “debates” (quase sempre consensuais) em torno das teorias raciais e a idealização do corpo, do ser humano, do ser brasileiro e as bipolarizações selvagem-civilizado; negro-branco; chinês-europeu e outras ambigüidades.

Assim, a segunda metade do século XIX favorecia a inserção da ciência como legitimadora do sistema social vigente. O Brasil desse período se depara com a reavaliação do sistema escravocrata (através de pressões inglesas visando a formação de mercados no capitalismo comercial) e com o projeto de República.

Nessa nova configuração, o discurso científico, difundido pelos jornais da época agregará, principalmente ao negro (tido como mercadoria), e aos demais grupos não-brancos e não europeus, o status de “objeto de estudo científico”. É nesse período (1890-1920) que cientistas, com intensa ressonância nos jornais, começam a elaborar teorias raciais no Brasil. É o momento em que idéias de hierarquização das “raças” e da superioridade da “raça” branca adquirem tons de legitimidade científica. A elite intelectual brasileira absorve tais teorias determinantes européias.

Os jornais da época abordavam insistentemente a ciência em editorias e em *Seções Cientificas* como expressão de verdades incontestes ou como legitimadoras do sistema. A abordagem médico-legista encontrava espaço privilegiado nesse discurso.

Pode-se citar, por exemplo, os trabalhos do médico-legista e psiquiatra Raimundo Nina Rodrigues. “Nina Rodrigues é o intelectual típico do período de transição entre o regime servil e abolição, entre o Império e a República, dois acontecimentos históricos que dificilmente se distinguem. Do ponto de vista político-

social, começa nessa fase histórica uma nova ordem social no país que viria incorporar, pelo menos teoricamente, uma população de cor que até então havia ficado trancada nas fronteiras de uma sociedade estruturada em bases bi-raciais: negro e escravo, de um lado, branco e livres de outro”. (Lima: 1984:16).

Revisão bibliográfica. O século XIX corresponde a um período em que diferentes autores buscam a noção de povo, raça e nação. Lilia Schwarcz coloca este período como um grande impasse, uma mudança de paradigma. “A questão estava lançada: por um lado, a República surgia, realçando os valores ‘liberais’ da época, fincada em toda uma ‘imagem civilizatória’; ao mesmo tempo, com o final da escravidão era jogada no mercado uma grande massa que agora tinha direito à cidadania (já que, segundo a Constituição de 1824, índios e escravos não eram considerados cidadãos). Como então pensar na formação dessa ‘nação’ brasileira, já que nesse momento os conceitos de raça e nação pareciam profundamente associados?”. (Schwarcz: 1987: 39).

Para Roberto DaMatta a elite intelectual brasileira absorveu as teorias determinantes européias. Estas teorias possuíam pressupostos básicos que relacionavam a biologia à história e determinavam e hierarquizavam de forma fixa as diferentes posições e condições de cada raça. (DaMatta, 1981: 172.)

Skidmore argumenta que com o advento da igualdade formal, com a passagem do escravo a cidadão, pareciam surgir novas concepções e estereótipos. Por exemplo, no século XIX visitaram o Brasil vários teóricos estrangeiros (Gobinau, Louis Agassiz, Louis Couty e José Ingenieros) que, implicados nas teorias raciais, elaboraram análises sobre a ‘realidade brasileira’ (Skidmore, 1976: 43-48).

“O discurso científico determinista que surge no final do século XIX prolifera também na imprensa da época. Nesta, a afirmação da inferioridade negra aparece não só nos grandes debates como também nas pequenas seções e nos diversos anúncios que compõem parte básica e cotidiana desses jornais”. (Schwarcz, 1987: 40).

Para Paixão, o paradigma marcante do Positivismo de Augusto Comte (1798-1857) penetra no contexto histórico brasileiro do século XIX, marcado pelas influências de diferentes movimentos como a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa, a Revolução Industrial. Tem-se aí o esforço para a implantação da lógica das

Ciências Exatas e Naturais, na busca do conhecimento através do formalismo, da experimentação, da mensuração e da crítica a qualquer representação metafísica. (Paixão)

Esse paradigma encontra solo fértil em uma nova burguesia emergente. Conforme João Cruz Costa: “Uma nova modalidade de burguesia, que se opõe à tradicional (...). Em boa parte, eram representantes e herdeiros da incipiente burguesia de comerciantes ou de burocratas que surgiam nas aglomerações urbanas e que em meados do século XIX, graças às transformações econômicas que então se processavam, procuravam dar às suas ações maior expressão e sentido (Costa, 1967: 124).

“Essa ‘nova burguesia’ vai ser responsável pela circulação de diversas formas de pensamento, originários dos grandes centros europeus e da América do Norte, onde buscavam inspiração não somente nas idéias e crenças, mas nas próprias realizações de países como França, Inglaterra e Estados Unidos da América. É dentro dessa camada social que se esboça a intelectualidade brasileira, formada por jornalistas, escritores, tribunos, professores, militares e religiosos (...) Entre as ‘novas idéias’ que iam penetrando no Brasil, isto é, no diminuto círculo de letrados, do fim do império, o darwinismo, o monismo de Haeckel, os materialistas, Spencer etc., o Positivismo, talvez por vir precisamente da França, fonte perene das idéias brasileiras da época, era o que melhor se adaptava às condições econômicas e sociais da pequena classe média que procurava aproximar-se da ‘ciência positivista’ – principalmente na Escola Politécnica e no Exército, afastando-se um pouco da influência da igreja Católica e de sua cultura tomista”. (Paixão)

Costa argumenta que a ideologia do progresso e da ciência como panacéias para os males do mundo impunham-se, então, acompanhando o fortalecimento do poder burguês, constituído em torno de uma nova ética, pela qual não tinham mais efeito o poder e a influência derivados de privilégios de nascimento ou de *stauts*, como nos tempos do antigo regime. A nova moral estabelecia que o indivíduo, para se destacar na sociedade burguesa, tinha que ser um *self-made man*, que amealhava riqueza por seu próprio esforço, iniciativa e desprendimento (...) O *habitus* burguês incorporava o sentido de superioridade, o qual, segundo as teorias citadas, era o resultado de uma seleção natural, transmitida geneticamente e transformando todo membro da burguesia

em um ser biologicamente superior à média dos mortais. Isso fazia do burguês não apenas um capitalista, ou seja um possuidor de capital, um empresário em busca de lucro, um ser ativo por excelência, mas, ao mesmo tempo, um ‘senhor’, um homem com o monopólio de comando, com inquestionável direito de dominar, seja em sua casa ou na empresa, tratando seus subordinados – mulher, filhos ou empregados – como inferiores (Costa, 2002: 79-104).

Apesar de sofrer mudanças políticas e estruturais, o Brasil dos últimos anos do século XIX é ostensivamente excludente e racista, Hobsbawn afirma que “a burguesia nos penúltimos 25 anos do século XIX era esmagadoramente ‘liberal’... num sentido ideológico. Acreditava no capitalismo, empresa privada competitiva, tecnologia, ciência e razão. Acreditava no progresso, numa certa forma de governo representativo, numa certa quantidade de liberdades e direitos civis, desde que compatíveis com a regra da lei e com o tipo de ordem que mantivesse os pobres no seu lugar (Hobsbawn, 1996: 340-341).

Conforme Thomas Skidmore, “um tal corpo de pensamento racista sistemático não existia na Europa de 1800. Por volta de 1860, todavia, as teorias racistas tinham obtido o beneplácito da ciência e plena aceitação por parte dos líderes políticos e culturais dos Estados Unidos e da Europa (Skidmore, 1976: 43).

A divulgação científica do século XIX encontrava ampla ressonância nos veículos e fazia chegar à população trechos de obras científicas ou a obra inteira. Por exemplo, *A origem das espécies*, de Charles Darwin, lançado em final de 1859, teve toda a sua edição vendida no primeiro dia. (Darwin, 2004)

Na ordem do dia, os jornais traziam os debates e questionamentos de teóricos como Buffon e Immanuel Kant (eram base de suas pesquisas questões como “Existia algum tipo de origem comum, pelo menos entre os mamíferos?”) ou as problematizações de Erasmus, Darwin e Lamarck sobre o evolucionismo (“O que poderia ter causado a mudança entre as espécies?”; “Por que uma criança se parece com seus pais?”; “O que faz um animal propagar sua espécie e o que poderia fazer com que uma espécie se modificasse com o tempo?”).

A antropóloga Solange Couceiro considera que naquele contexto histórico as questões e as controvérsias nacionais ligadas à questão do negro, como questão de raça, todas ligadas à questão máxima nacional de então envolvem “a colocação da

‘qualidade’ e composição racial da população brasileira como elemento privilegiado para traçar e prever o futuro, o destino do país. A preocupação com a composição mestiça da população brasileira, avaliada do ponto de vista quantitativo, era uma preocupação constante nos intelectuais, que colocavam essa mestiçagem no quadro teórico adverso às raças inferiores, como a negra. Na obra de Nina Rodrigues, enquanto obra ‘africanista’, percebe-se essa preocupação de forma muito clara” (Lima, 1984: 15-16).

Solange Couceiro de Lima ainda cita que a obra de Nina Rodrigues, significativa na compreensão do conceito de raça, aponta para alguns aspectos relevantes. “Pelo menos três pontos dão os apoios históricos a essas preocupações de Nina Rodrigues: o primeiro é representado pelo período pós-escravocrata; o segundo, pelo significado da imigração estrangeira no país; e o terceiro, pelas tentativas de transferência para o Brasil de negros norte-americanos emancipados” (Lima: 1984: 16).

Correio Paulistano e Província de São Paulo. A imprensa paulistana surge inteiramente associados a questões políticas. O *Correio Paulistano* surge em 1831, mas teve uma vida curta, parando de circular em 1832. Porém, em 1854 volta a circular e a partir de 1856 se firma como um veículo que aos poucos vai evoluindo a sua tecnologia (passando do prelo de pau a máquina de aço Alauzet e, depois a máquina a vapor. A sua linha política não era bem definida e ficava muito a mercê dos ventos (conciliador, conservador, liberal, republicano). Conforme Lilia Moritz, “no *Correio*, portanto, a postura conservadora, antes de constituir uma ‘questão de estilo’, parecia ser mesmo uma ‘convicção’ ” (Schwarcz, 1987: 71).

Em relação à *Província de São Paulo* o veículo foi constituído e financiado por republicanos paulistas. “Esse novo periódico, que trazia constantemente as teorias e pensamentos científicos que ‘encantavam’ o ‘civilizado’ mundo europeu, parecia oferecer uma nova opção aos grupos que, tomando como bandeira essas novas idéias, viam na monarquia um entrava para o ‘desenvolvimento’ da nação e da civilização” (Schwarcz, 1987: 85).

Os dois jornais, porém, trouxeram em suas páginas uma supervalorização do pensamento científico como sinônimo de civilidade. Dois paradigmas são enfatizados nesses jornais como o Positivismo, de Augusto Comte e o Darwinismo Social, uma espécie de reedição da teoria evolucionista de Darwin.

Nos dois veículos o conceito de raça se impõe como uma questão importante para a ciência e para a política e, também como identidade nacional. Ou seja, o valor-notícia dos dois jornais consistia em construir um país republicano, civilizado e marcado pelo progresso. No entanto, a legião de ex-escravos, mulatos e não-brancos ou descendentes de europeus era um grave problema a ser resolvido, pois colocava o Brasil na impossibilidade de atingir o ideal civilizatório e eurocêntrico.

O Brasil assumia, na verdade, o novo discurso europeu que se colocava nas universidades e nas rodas de discussões intelectuais européias. Tais discursos eram reproduzidos pelos jornais brasileiros:

O século XIX lembra a época do esplendor do ‘milagre grego’, os séculos, com seus sofistas, filósofos e sábios que vão de Tales e Platão ao crepúsculo helenístico da Antiguidade clássica (...) O darwinismo evoluiria assim, naturalmente, para um darwinismo filosófico e deste para um darwinismo social. Os descendentes de Darwin eram, como mandava a teoria genética, irmãos inimigos, estavam todos dedicados à eliminação mútua (...) Foi de Spencer que Darwin adotou a expressão ‘sobrevivência do mais apto’ (survival of the fittest). Como esse termo fitness (capacidade, aptidão ou eficiência), Spencer gerou uma grande dose de confusão entre um princípio natural e mecânico de seleção e uma categoria de valor ético, estético ou civilizacional.” (Penna, 2006: 257-258)

Aspectos de abordagem. Nesta pesquisa foram analisadas as construções científicas, tendo como meta a interpretação dos textos jornalísticos voltados para ciência, desenvolvidos nos jornais. Para isso, as matérias foram avaliadas em ênfase em autores científicos dos paradigmas Positivista e Evolucionista (principalmente Darwinismo Social) e a transformação deles em notícia; a construção do conceito de raça nas páginas dos jornais; aspectos da vida cultural e política no ideal de construção de nação; os ideais republicanos e a sua interface com a herança escravocrata, colonialista do “novo” Brasil e os conceitos de ciência, a partir da sua representação nos jornais. Para isso, buscou-se a teoria da etnicidade, que permitem entender a construção de “raça, etnia e nação”. “De um modo ou de outro, os autores do século XIX tentam

responder à mesma questão: como abranger princípios sobre os quais se fundam a atração e a separação das populações?” (Poutignat; Streiff-Fenart, 1997: 31)

REFERÊNCIAS

A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. Jornais (1885 a 1889)

CORREIO PAULISTANO. Jornais (1885 a 1895)

COSTA, da G-R. A caminho do paraíso: Galdino do Valle Filho e o projeto liberal burguês na Nova Friburgo republicana. In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro. Vol 9 (1): 79-104, jan-abr. 2002.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1967.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes. 1981.

DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. Rio de Janeiro: EdiOuro. 2004.

FERREIRA, Ricardo Alexino. *A representação do negro em jornais no centenário da abolição da escravatura no Brasil*. São Paulo: ECA-USP. Dissertação de Mestrado. 1993.

_____. *Olhares negros: estudo da percepção crítica de afro-descendentes sobre a imprensa e outros meios de comunicação*. São Paulo: ECA-USP. Tese de Doutorado. 2001.

HOBBSBAWN, Eric. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996.

LIMA, Solange Martins Couceiro de. *Mulher e famílias negras: realidade e representação na obra de Nina Rodrigues*. São Paulo: ECA-USP. Tese de Doutorado. 1984.

O ESTADO DE S. PAULO. Jornais (1886 a 1895)

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: EdUnesp. 1998.

PENNA, José Oswaldo de Meira. *Polemos: uma análise crítica do darwinismo*. Brasília: Editora da UnB, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras. 1987.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e racionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.